



Buscar 

- FCE ▾
- PESSOAS ▾
- ENSINO ▾
- PESQUISA
- EXTENSÃO
- PUBLICAÇÕES
- NOTÍCIAS ▾
- EVENTOS
- SERVIÇOS ▾

As teorias econômicas da abstenção nas eleições brasileiras

🕒 4 de novembro de 2024



Giacomo Balbinotto Neto
Professor de Economia do PPGE/UFRGS-EA

ARTIGO

As teorias econômicas da abstenção nas eleições brasileiras: algumas hipóteses baseadas na Teoria da *Public Choice* (Escolha Pública)

Neste artigo, o professor Balbinotto Neto apresenta algumas hipóteses com base nas teorias da Escolha Pública (*Public Choice*), que se vale dos métodos da economia para análise de objetos ligados à ciência política, tais como grupos de interesse e eleições.

A teoria econômica do voto, dentro da abordagem da *Public Choice*, segundo o professor, utiliza princípios básicos e elementares da economia para elucidar o comportamento eleitoral, especialmente em relação à decisão de votar ou abster-se. Esta teoria, amparada na ideia de que eleitores e políticos comportam-se como agentes racionais – buscando maximizar seus interesses –, sugere que a participação eleitoral (ou sua falta) é influenciada por um cálculo de custo-benefício.

A teoria econômica do voto propõe que a abstenção nas eleições, especialmente nas municipais, é uma consequência racional e previsível quando os custos associados ao voto superam os benefícios percebidos. Tal teoria pode explicar, por exemplo, o fenômeno abstenção nas recentes eleições municipais brasileiras.

Confira, na íntegra, o artigo do professor Giacomo Balbinotto Neto [aqui](#).

>> **Novidade! Acompanhe as atualizações da FCE no **

 *Análise: conjuntura nacional e internacional*



[Post anterior](#)

[Próximo post](#)

Últimas atualizações:

LINKS ÚTEIS



Tua UFRGS



Datas letivas



Catálogo do servidor



Oportunidades

Redes sociais



Faculdade de Ciências Econômicas | UFRGS
Av. João Pessoa, 52 – Porto Alegre/RS – Brasil
51 3308.3502
fce@ufrgs.br



**AS TEORIAS ECONÔMICAS DA ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES
BRASILEIRAS: ALGUMAS HIPÓTESES BASEADAS NA
TEORIA DA *PUBLIC CHOICE* (ESCOLHA PÚBLICA)**

Giácomo Balbinotto Neto
Professor de Economia do PPGE-UFRGS-EA

O objetivo deste artigo é apresentar algumas hipóteses baseadas nas teorias da Escolha Pública (*Public Choice*) que podem explicar o fenômeno abstenção nas recentes eleições municipais brasileiras.

O termo abstenção é usado aqui para definir a não-participação [do eleitor] no ato de votar. O índice de abstenção eleitoral é calculado como o percentual de eleitores que, tendo direito, não se apresentam às urnas. É diferente dos casos em que o eleitor, apresentando-se, vota em branco ou anula o voto. Por exemplo, em Porto Alegre a abstenção atingiu valores de 34,83%. Em Canoas, o percentual foi um pouco maior, sendo de 35,72%. Em Caxias do Sul ele foi um pouco menor, 28,64%. Em Goiânia foi de 34,20%, Belo Horizonte, 31,95% e São Paulo 31,54%. Assim, vemos tratar-se de um problema estrutural e nacional que afeta o sistema político e eleitoral do país como um todo. As perguntas que procuraremos responder neste breve artigo são as seguintes: este comportamento, a abstenção nas eleições pode ser considerada racional? E quais as teorias econômicas e hipóteses podem explicar este fenômeno?

Aqui iremos nos concentrar apenas nas teorias econômicas baseadas na abordagem da *Public Choice* (Teoria da Escolha Pública), as quais fornecem uma base sólida para entender os motivos da abstenção na recente eleição para vereadores e prefeitos, explorando principalmente a hipótese do comportamento racional dos eleitores, os seus incentivos e as limitações do atual sistema político e eleitoral brasileiro no contexto no qual elas ocorrem.

A teoria da escolha pública pode ser definida como a aplicação da análise econômica a tomada de decisões políticas que incluem a teoria do Estado, regras de votação, comportamento do eleitor, partidos políticos e regulação. O objetivo dos políticos é o de maximizar votos, de modo a se manter no poder. Os agentes econômicos são assumidos terem um comportamento racional. O objetivo do eleitor é maximizar os benefícios líquidos que ele obtém da atividade fiscal. Assim, os eleitores votarão àqueles que melhor satisfaçam os interesses de seus constituintes. Os políticos que mais se aproximarem dessa situação receberão o maior número de votos, ganhando, dessa forma o poder.

A teoria econômica do voto, dentro da abordagem da Escolha Pública (*Public Choice*), usa princípios básicos e elementares da economia para explicar o comportamento eleitoral, especialmente em relação à decisão de votar ou abster-se. Esta teoria, fundamentada na ideia de que eleitores e políticos agem como agentes racionais buscando maximizar seus interesses, sugere que a participação eleitoral (ou sua falta) é influenciada por um cálculo de custo-benefício. Mas recentemente, outros autores também destacam outros pontos importantes comoveremos abaixo, como por exemplo a teoria da agência.

A teoria da escolha racional com relação ao voto, foi proposta inicialmente por Anthony Downs (1957), analisa o comportamento do eleitor como sendo um "agente racional" que toma decisões com base em seus custos e benefícios de participar do processo político, tal como o fato de ir votar. O modelo de cálculo do voto sugere que eleitores avaliam o custo de votar (como tempo e deslocamento, inconveniente, tempo de espera em filas de votação etc.) comparado com o benefício, que muitas vezes é considerado pequeno, pois o impacto de um único voto sobre o resultado eleitoral é mínimo ou insignificante. Deste modo, em um contexto em que os eleitores percebem haver uma baixa capacidade de mudança política ou veem pouca diferença entre os candidatos a prefeito e vereadores, o benefício esperado do voto se reduz, aumentando, assim a probabilidade de abstenção.

Conceito de ignorância racional introduzido por Anthony Downs (1957), temos que os eleitores escolhem não se informar politicamente por que o custo de se informar é alto, enquanto o impacto político de seu voto é baixo. Esse comportamento é especialmente relevante em eleições locais, onde a relevância percebida pode ser menor, levando a uma maior abstenção. Deste modo, a Teoria da Escolha Racional e do Cálculo do Voto parte do pressuposto de que o eleitor age racionalmente, considerando os custos e benefícios envolvidos na decisão de votar. Anthony Downs (1957), foi pioneiro ao propor um modelo que compara os ganhos percebidos do ato de votar com os custos envolvidos. A partir desse modelo seminal ele gerou várias hipóteses podem ser formuladas e testadas, especialmente para entender a abstenção eleitoral no Brasil.

Outra importante teoria derivada das teorias da escolha pública está relacionada aos trabalhos de Anthony Downs (1957) é a teoria da ignorância racional. Aqui é assumido que os eleitores optam por não se informar sobre temas políticos complexos, pois o custo de se informar é alto e o impacto individual de seu voto é baixo. Isso leva a um fenômeno chamado de "ignorância racional", onde os eleitores preferem dedicar seu tempo e recursos a outras atividades que não a formação política e ao estudo das plataformas eleitorais dos partidos para aquela eleição e as várias alianças formadas, que podem variar de cidade para cidade. Quando o eleitor considera que o esforço de entender as nuances das propostas locais, as alianças e coligações municipais e regionais e os apoios partidários temos que o deslocamento até a urna não vale o potencial benefício e a abstenção torna-se uma escolha racional por parte dos eleitores.

Assim, vemos que as teoria seminais de Anthony Downs (1957), oferecem um ponto de partida e uma explicação útil para o absentéismo nas eleições municipais brasileiras, principalmente em contextos em que o eleitor enxerga pouca recompensa individual no ato de votar e vê o processo eleitoral como complexo, confuso, onde existem coligações espúrias. Assim, segundo esta teoria, a escolha de se abster de votar é racional porque o custo de se informar e de votar supera os benefícios esperados para o eleitor individual. Isso é especialmente relevante nas eleições municipais, onde a política local nem sempre desperta interesse ou confiança entre o eleitorado, onde existem diversas alianças difíceis de compreender e aceitar e que mudam a cada eleição. Some-se a isto a criação de diversos partidos políticos. Assim, temos que muitos eleitores percebem que a política municipal como sendo algo difícil de ser entendido e de manter um acompanhamento durante 4 anos, o que aumenta o custo de se informar e reduz o incentivo para votar. Além disso, as propostas e agendas dos candidatos municipais, dos partidos e das coligações formadas para aquela eleição podem parecer confusas ou inconsistentes do ponto de vista político e ideológico, o que leva o eleitor a optar pela ignorância racional, evitando o

esforço de processar informações complexas que ele considera não fazerem muita diferença para o resultado das eleições.

Uma das hipóteses que também se leva em conta nas análises de custo-benefício percebido pelos eleitores racionais, é que, quando os eleitores percebem existir uma baixa possibilidade de mudança política ou pouca diferença entre os candidatos, o benefício esperado do voto diminui, aumentando a probabilidade de abstenção. Assim, em eleições municipais onde a alternância de poder é baixa ou onde as propostas dos candidatos são vistas pelos eleitores como semelhantes, os eleitores podem considerar que seu voto tem pouca influência no resultado ou no futuro da administração pública municipal e se abstém, racionalmente, de votar.

A votação também pode ser vista como um bem público; logo, o eleitor individual pode optar por "pegar uma carona" (*free rider*) nos esforços de outros, esperando que os demais eleitores tomem a responsabilidade de eleger o representante desejado. Em contextos em que o eleitor sente que o benefício é coletivo, ele pode decidir racionalmente se abster, esperando que outros cumpram o papel de eleitores. Aqui a ideia é que o voto pode ser visto como um bem público e pode ajudar a explicar a abstenção eleitoral ao lançar luz sobre o comportamento de "carona" (ou *free rider*) na teoria econômica. Nesse modelo temos que o eleitor individual enxerga o processo eleitoral como um bem não-exclusivo e não-rival, no qual o benefício – a eleição de representantes e a condução da política pública – é usufruído por toda a sociedade, independentemente da participação de cada cidadão. Assim, como ocorre com outros bens públicos, o eleitor pode adotar um comportamento de "pegar carona", onde ele opta por não votar e, ainda assim, espera beneficiar-se dos resultados das escolhas feitas pelos demais eleitores. Esse fenômeno é especialmente relevante para entender a lógica da abstenção nas eleições, em que eleitores, motivados por uma análise de custo-benefício, racionalmente decidem não participar do processo eleitoral.

Ainda temos a hipótese derivada a teoria do Eleitor Racional é a hipótese do Desempenho Econômico Local. Aqui temos que os eleitores em regiões com baixo desempenho econômico são mais propensos à abstenção, especialmente se perceberem que sua situação socioeconômica permanece ou permanecerá estável ou se deteriora, independentemente de quem irá governar a cidade. Assim, temos que, em locais com problemas econômicos persistentes podem sentir que o ato de votar não trará mudanças significativas, o que aumenta a desmotivação para comparecer às urnas, e assim, ele se abstém de votar.

Por fim, uma última hipótese derivada a estaria relacionada com a informação e custo informacional. Aqui é assumido que quanto menor o acesso a informações sobre os candidatos e suas propostas, maior a probabilidade de abstenção. Como os eleitores que não têm acesso a informações confiáveis ou que existem muitas *fake news* ou ainda que consideram o processo de pesquisa de informações muito dispendioso em termos de tempo e esforço tendem a optar pela abstenção.

Outra teoria que pode explicar as abstenções nas eleições municipais recentes é a teoria do eleitor mediano. Esta teoria complementa a teoria do eleitor racional, na medida em que assume existir um sistema majoritário onde os candidatos competem pelos votos, na qual ambos tendem a ajustar suas plataformas partidárias para conquistar o eleitor mediano – aquele cujas preferências estão no centro do espectro político. O teorema do

eleitor mediano foi amplamente discutido por autores como Duncan Black e Harold Hotelling, que argumentaram que, ao se aproximarem do eleitor mediano, os candidatos tornam suas plataformas cada vez mais parecidas. Isto geraria, na visão dos eleitores, plataformas homogêneas. Em outras palavras, num esforço para conquistar o maior número de eleitores, os candidatos tendem a adotar posições moderadas e similares, o que pode alienar eleitores com preferências mais extremas. Isto, então, os levaria a se abster de votar. Além disso, quando os candidatos parecem quase idênticos ao eleitor, o eleitor racional pode sentir que seu voto não fará diferença, pois a eleição entre candidatos com plataformas similares não resultaria em uma mudança significativa nas políticas públicas municipais. Deste modo, temos que os eleitores que não veem candidatos que representem suas preferências, especialmente os que se situam fora da posição mediana, podem optar por se abster e não votar. A falta de diversidade nas propostas faz com que o eleitor racional perceba que, independentemente do vencedor, suas demandas e necessidades específicas não serão atendidas.

Segundo Geoffrey Brennan e Loren Lomasky (1993), a teoria do voto expressivo sugere que eleitores votam não tanto para influenciar os resultados, mas para expressar seus valores, identidades ou ainda sentimentos pessoais. Essa teoria sugere assim, que, se votar não proporciona valor expressivo de suas posições políticas e ideológicas, muitos eleitores preferirão a abstenção. Deste modo, temos que, em cenários onde a política municipal é vista como sendo algo corrompido ou ineficaz, ou onde os eleitores sentem que seus valores não são representados pelos candidatos, o incentivo para a participação pode diminuir. Portanto, esta teoria oferece um entendimento de porque a abstenção pode ser alta em contextos em que os eleitores não veem candidatos alinhados com seus valores, ou onde o sistema político é visto como ineficaz ou corrupto. Portanto, quando a política municipal é vista como corrompida ou ineficaz, o valor expressivo do voto diminui, pois os eleitores podem não querer se associar a um sistema que consideram disfuncional e corrupto. Nesse cenário, a abstenção se torna uma expressão de descontentamento com relação ao sistema eleitoral. Além disso, temos que em locais onde os eleitores sentem que nenhum candidato representa seus valores ou interesses, o voto perde o apelo expressivo e cívico. A abstenção, então, se torna uma forma de protesto silencioso, indicando que os eleitores preferem não se associar com as opções oferecidas. Outra hipótese derivada desta teoria argumenta que em eleições municipais, especialmente onde há pouca alternância de poder ou candidatos com propostas semelhantes, eleitores insatisfeitos podem abster-se ou votar em candidatos como forma de protesto. Este tipo de voto expressivo não busca influenciar o resultado, mas sim simbolizar a insatisfação do eleitor com o sistema. Portanto, temos que eleitores que não encontram candidatos a prefeitos e vereadores que representem seus valores tendem a se abster. A falta de identificação com os candidatos faz com que o eleitor não sinta valor expressivo em participar, preferindo abster-se e não votar.

Outra hipótese derivada da teoria do voto expressivo, nos diz que quanto maior a percepção de corrupção no sistema político-eleitoral, maior a probabilidade de abstenção entre eleitores com altos valores éticos. Portanto, para muitos eleitores, votar em um sistema percebido como corrupto não gera valor expressivo positivo, levando à abstenção como forma de desassociação do sistema. Estas hipóteses ilustram como a Teoria do Voto Expressivo pode fornecer um modelo alternativo para entender as razões da abstenção, especialmente em contextos em que o sistema político é desacreditado, e onde eleitores não veem o voto como uma expressão significativa de suas identidades e valores cívicos e políticos.

Um outros autor e livro que vale a pena mencionar aqui é o livro *To Vote or Not to Vote: The Merits and Limits of Rational Choice Theory* de André Blais (2000) oferece uma análise interessante sobre o fenômeno da participação eleitoral, explorando os pontos fortes e as limitações da teoria da escolha racional para explicar por que as pessoas decidem votar ou se abster.

Blais (2000) investigou a racionalidade por trás do voto, levando em conta fatores como o cálculo de custos e benefícios, o impacto real de um único voto, e o papel da expressão de preferências e identidades pessoais. Sua obra explora não apenas as motivações racionais, mas também as emocionais e culturais, para um entendimento mais completo da abstenção. Ele argumenta que o voto pode ser analisado através de um cálculo de custos e benefícios, onde eleitores avaliam o custo de votar (tempo, deslocamento, e o esforço de obter informações sobre os candidatos) em relação aos benefícios esperados (influência no resultado e realização de preferências políticas). Para muitos eleitores, especialmente em eleições locais onde a diferença entre candidatos parece mínima, temos que os custos podem superar os benefícios, levando-os a optar pela abstenção. Contudo, segundo a teoria do voto expressivo, isto sugere, também, que eleitores votariam para expressar valores, identidades ou suas afiliações políticas, não necessariamente para influenciar o resultado. Neste sentido, em um contexto em que a política seja vista como corrupta ou ineficaz, o valor do voto pode se reduzir, pois eleitores podem se sentir desmotivados a expressar apoio a um sistema que consideram problemático.

O livro de Blais (2000), deste modo, oferece alguns *insights* que podem nos ajudar a entender a abstenção nas recentes eleições brasileiras, sugerindo que, em um cenário de falta de confiança e incentivos políticos limitados, muitos eleitores podem adotar a abstenção como sendo uma resposta racional. A análise de Blais (2000), focada nas limitações e motivações da teoria da escolha racional, abre espaço, então, para reflexões mais amplas sobre o engajamento cívico e político e os desafios que eleitores enfrentam ao decidir participar do processo eleitoral.

Outra teoria recente que busca explicar a abstenção dos eleitores nas eleições e a teoria do agente-principal, a qual explora a relação entre eleitores (principais) e políticos (agentes), onde existe uma assimetria de informação entre eleitores e políticos, o que pode desmotivar o eleitor (principal). Quando os eleitores percebem que seus interesses não são bem representados ou que os políticos atuam em benefício próprio, eles tendem a se desengajar do processo eleitoral. Deste modo, os eleitores (principal) pode se abster em maior número quando há a percepção de que os políticos locais atendem mais a interesses de grupos específicos ou pessoais do que aos interesses da população em geral.

A Teoria do Agente-Principal explora, assim, a relação entre eleitores (principais) e políticos (agentes), enfatizando como a assimetria de informação e a falta de alinhamento de interesses podem enfraquecer o engajamento dos eleitores. Assim como nas relações corporativas, onde os gerentes podem tomar decisões que não maximizam o valor da firma para os acionistas, os políticos locais podem atender a interesses de pequenos grupos, ao invés de atuarem em favor do bem comum. Esse desalinhamento de incentivos desmotiva eleitores, que passam a enxergar o voto como pouco efetivo, e isto geraria a abstenção nas eleições. Nesse modelo, os eleitores esperam que os políticos atuem em seu benefício, mas a realidade frequentemente demonstra o contrário, especialmente nas eleições municipais onde são comuns redes de clientelismo e favorecimentos locais.

Portanto, quando eleitores não têm clareza sobre as ações dos políticos ou percebem que os políticos priorizam seus próprios interesses ou ainda de grupos específicos, a confiança no processo eleitoral diminui. Em muitos municípios, as informações sobre políticas públicas ou sobre o uso de recursos são insuficientes, complexas, distorcidas ou ainda não suficientemente transparentes de modo os eleitores não sentem que conseguem avaliar adequadamente os candidatos e nem as políticas e propostas eleitorais.

A teoria econômica dos clubes, tal qual formulada originalmente pelo Prêmio Nobel de Economia James Buchanan (1965) sugere que eleitores avaliam candidatos com base na eficiência da gestão dos bens públicos locais. O artigo de James M. Buchanan, "*An Economic Theory of Clubs*" (1965), é uma das contribuições fundamentais para a teoria dos bens públicos locais, especialmente relevante no contexto da abstenção eleitoral. Nele, Buchanan examina como os indivíduos, em pequenos grupos ou "clubes" podem compartilhar e consumir bens públicos locais de maneira eficiente, analisando a estrutura de custos e benefícios desses bens que são rivais em certa medida, mas excludentes, diferentemente dos bens públicos puros. Se a qualidade de serviços como segurança, educação e saúde é percebida como baixa, eleitores podem se sentir desmotivados a votar, vendo pouco benefício em apoiar candidatos que não entregam melhorias palpáveis. A teoria dos clubes e bens públicos locais aborda o voto como uma escolha em torno de bens públicos locais, onde eleitores avaliam os candidatos com base na qualidade dos serviços locais (segurança, educação, saneamento, proteção contra eventos climáticos, combate ao crime, mobilidade urbana, saúde etc.). Segundo Buchanan (1965), se eleitores que percebem baixa qualidade nesses serviços podem se sentir desmotivados a participar. A teoria dos clubes de Buchanan também discute o problema do "free-riding" (carona), onde alguns indivíduos podem se beneficiar dos bens públicos sem contribuir para seu custeio. Isso pode ser relacionado à abstenção, pois eleitores que percebem que seu voto tem pouco impacto na provisão dos bens públicos locais podem escolher não votar, confiando que outros resolverão o problema. Assim se o eleitorado percebe que os bens públicos locais são mal geridos ou que os políticos não têm impacto positivo, a tendência é de que muitos optem pela abstenção. Assim, quando combinamos a teoria da ignorância racional de Anthony Downs (1957) com a teoria dos clubes de bens públicos locais de James Buchanan (1965) obtemos uma análise mais robusta das causas do absentismo nas eleições municipais. Enquanto a ignorância racional foca na escolha consciente do eleitor de permanecer desinformado devido ao alto custo de adquirir informações políticas, a teoria dos clubes e bens públicos locais adiciona a dimensão dos serviços públicos e da gestão local como fatores adicionais para a avaliação e motivação do eleitor para participar do processo eleitoral.

Finalizando, temos, então, que a aplicação da teoria dos clubes de Buchanan (1965) ao voto e à abstenção pode oferecer uma perspectiva e hipóteses úteis para entender o engajamento eleitoral como uma "adesão a um clube" em que o eleitor considera a qualidade dos bens públicos locais e seu próprio poder de influenciar. Em resumo, quando eleitores avaliam que os bens públicos são mal administrados e geridos ou que suas necessidades não estão sendo atendidas de modo adequado com relação por exemplo a educação, segurança, mobilidade urbana, entre outras, é racional que eles se abstenham, pois não enxergam valor na "adesão" ao processo eleitoral.

A teoria da *rent-seeking*, ou busca ou ainda “caça” por rendas, desenvolvida por inicialmente por Gordon Tullock (1967) e por Anne Krueger (1974), argumenta que muitos agentes políticos se engajam em atividades para ganhar benefícios pessoais às custas do bem público. Isso gera desmotivação entre eleitores que percebem o sistema como corrupto e ineficaz. Assim, quando os eleitores veem a política como um meio de enriquecimento dos políticos e de seus aliados, a abstenção pode ser uma resposta de rejeição e ao descontentamento com relação ao sistema político. Deste modo, quando os eleitores percebem que os políticos estão focados em obter ganhos privados através de corrupção e concessões a grupos de interesse específicos, eles podem concluir que o voto não resultará em melhorias reais para a população em geral. Assim, absenteísmo nas eleições se torna, uma expressão de desaprovação, uma vez que os eleitores se sentem desmotivados a validar um sistema que, em sua visão, serve apenas aos interesses de uma elite política. Em muitas localidades, eleitores consideram que os candidatos a prefeito e vereadores não conseguem ou não querem promover mudanças efetivas e necessárias. Se o processo eleitoral é visto e percebido pelos eleitores como um ciclo de perpetuação de interesses próprios e não como um mecanismo político de gerar mudanças econômicas que gerem prosperidade e em que há pouca diferença entre os candidatos em termos de honestidade ou compromisso com o bem público, a participação eleitoral perde significado. Para muitos eleitores, votar em tais condições representa apoiar um sistema onde *rent-seeking* é a regra.

A ausência de transparência nas finanças públicas municipais e decisões públicas pouco transparentes tende a reforçar a ideia de que o governo municipal é um instrumento para a obtenção de renda e privilégios privados, e não para a promoção do bem-estar da comunidade. Assim, na medida em que os eleitores não tenham um acesso claro a informações sobre o uso de recursos públicos e sobre os ganhos pessoais dos políticos e dos funcionários públicos, eles podem se sentir impotentes, fazendo da abstenção uma opção racional em vez de uma participação que seria ineficaz para mudar o sistema.

Além disso, em muitos municípios, o clientelismo e o favoritismo político representam a manifestação direta de *rent-seeking*. Quando a população observa que recursos públicos são distribuídos para beneficiar apoiadores e perpetuar redes de favores pessoais, muitos eleitores podem sentir que seu voto é irrelevante diante de um sistema tão fortemente enraizado. Deste modo, temos então que a abstenção surge, nesse caso, como uma forma de não legitimar práticas clientelistas, de favorecimento e muitas vezes corruptas, que são vistas como uma extensão das atividades de *rent-seeking*. Uma hipótese gerada pela teoria da *rent seeking* seria que os eleitores se abstêm quando acreditam que os candidatos a prefeitos e vereadores estão envolvidos em práticas de *rent-seeking*, em vez de agir em benefício da comunidade. Assim, por exemplos, em municípios onde há denúncias recorrentes de corrupção, o absenteísmo eleitoral tenderia a ser maior, pois os eleitores podem optar por não validar o sistema. Uma implicação decorrente desta hipótese é que a abstenção poderia aumentar quando os eleitores percebem que não há candidatos seriamente comprometidos em combater o *rent-seeking* e a corrupção e em promover uma gestão pública transparente. Por exemplo, em cidades onde políticos de diferentes partidos ou coligações mantêm práticas clientelistas e beneficiam pequenos grupos, eleitores podem ficar desmotivados e optar por se abster de votar nos candidatos.

Como vimos acima, a teoria da escolha pública, ou como disse James Buchanan, a política sem romance, estas teorias fornecem um arcabouço teórico e diversas hipóteses que podem ser testadas para compreender o fenômeno da abstenção nas eleições municipais brasileiras. Há diversos aspectos destacados por esta abordagem da escolha pública mostrando sua riqueza teórica e versatilidade.

O absentismo nas eleições pode ser explicado como vimos pela racionalidade dos eleitores frente a incentivos e desincentivos que afetam seu custo-benefício ao votar, além de questões como a percepção de corrupção e a falta de impacto percebido na escolha de representantes locais desempenham papel crucial no desinteresse eleitoral.

Resumindo, o que foi dito até aqui, vimos que a teoria econômica do voto sugere que a abstenção nas eleições, especialmente nas municipais, é uma consequência racional e previsível quando os custos associados ao voto superam os benefícios percebidos.

Num próximo artigo iremos explorar as políticas públicas que podem ser adotadas pela justiça eleitoral, baseadas nestas teorias que busquem reduzir a abstenção nas eleições.

Bibliografia:

Abramo, C. W., & Speck, B. W. (2001). "Percepção da Corrupção e Participação Eleitoral no Brasil." *Revista de Sociologia e Política*, 17, 15-38.

Besley, T. (2006). *Principled Agents? The Political Economy of Good Government*. Oxford University Press.

Blais, A. (2000). *To Vote or Not to Vote: The Merits and Limits of Rational Choice Theory*.

Brennan, G., & Lomasky, L. (1993). *Democracy and Decision: The Pure Theory of Electoral Preference*. Cambridge University Press.

Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1962). *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. University of Michigan Press.

Buchanan, James M. (1965). An economic theory of clubs. *Economica*, 32(125) : 1-14.

Buchanan, J. M. (1968). *The Demand and Supply of Public Goods*. Chicago: Rand McNally.

Buchanan, J. M. (1975). *The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan*. Chicago: University of Chicago Press.

Buchanan, J. M., Tollison, R. D., & Tullock, G. (1980). *Toward a Theory of the Rent-Seeking Society*. Texas A&M University Press.

Black, D. (1948). "On the Rationale of Group Decision-Making." *Journal of Political Economy*, 56(1), 23-34.

- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. Harper and Row.
- Ferejohn, J. (1986). "Incumbent Performance and Electoral Control." *Public Choice*, 50(1-3), 5-25.
- Hotelling, H. (1929). "Stability in Competition." *Economic Journal*, 39(153), 41-57.
- Krueger, A. O. (1974). *The Political Economy of the Rent-Seeking Society*. American Economic Review.
- Mueller, D. C. (2003). *Public Choice III*. Cambridge University Press.
- Nicolau, J. (2002). *A Participação Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Ostrom, E., & Ostrom, V. (1999). *Public Goods and Public Choices*. Indiana University, Workshop in Political Theory and Policy Analysis.
- Persson, T., & Tabellini, G. (2002). *Political Economics: Explaining Economic Policy*. MIT Press.
- Power, T. J., & Zucco Jr., C. (2009). *Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: A Research Communication*. Latin American Research Review.
- Riker, W. H., & Ordeshook, P. C. (1968). "A Theory of the Calculus of Voting." *American Political Science Review*, 62(1), 25-42.
- Rose-Ackerman, S. (1999). *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform*. Cambridge University Press.
- Speck, B. W., & Abramo, C. W. (2001). "O eleitorado e a percepção da corrupção política no Brasil." *Opinião Pública*, 7(2), 252-273.
- Tiebout, C. M. (1956). "A Pure Theory of Local Expenditures." *The Journal of Political Economy*, 64(5), 416-424.
- Tullock, G. (1967). *The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies, and Theft*. Western Economic Journal.
- Tullock, G. (1976). *The Vote Motive*. Institute of Economic Affairs.
- Tullock, G. (1980). *Rent-Seeking: Causes, Consequences, and Cures*. Edward Elgar Publishing.
- Zovatto, D. (2014). "Abstencionismo en América Latina: Causas y Consecuencias." *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, 3, 67-96.